



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2024

O **MUNICÍPIO DE JABORÁ**, Estado de SANTA CATARINA, com sede administrativa na Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, em conformidade com a Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.494/2024 que regulamenta a contratação de baixo valor alterações, realizará **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2024 através de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 82/2024**, nas condições fixadas nesta justificativa e anexos.

I – OBJETO

Este processo de dispensa de licitação tem por objeto a contratação de serviço de cobertura de vídeo/cinegrafia para a realização de licitatórios presenciais para o município de Jaborá – SC. Os itens terão a sua especificação, quantidades e valores conforme tabela a seguir:

Item	Características	Unid.	Quant.	Valor unitário R\$	Total R\$
1	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE VÍDEO/CINEGRAFIA. A PRESENTE CONTRATAÇÃO DAR-SE-Á NECESSIDADE DE CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2024, DIANTE DO ART.16, §5º NA HIPÓTESE EXCEPCIONAL DE LICITAÇÃO SOB A FORMA PRESENCIAL A QUE REFERE O §2º DESTE ARTIGO. SENDO ASSIM, NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO DE VÍDEO/CINEGRAFIA COM CINEGRAFISTA, PARA AOS PREGÕES PRESENCIAIS, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO. SENDO ENTREGUE O MATERIAL IMAGENS/GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO ENTREGUE O MATERIAL IMAGENS/GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO ENTREGUE EM ALTA QUALIDADE SEM EDIÇÃO ENTREGUE POSTERIOR AO EVENTO EM LINK DO DRIVE, E POR DVD (FÍSICO) DE GRAVAÇÃO PARA QUE O ATO SEJA VALIDADO.	HORA	20	590,00	11.800,00
TOTAL DOS ITENS R\$					11.800,00

A prestação de serviço irá ocorrer de acordo com a programação de datas dos processos licitatórios presenciais, diante da necessidade do Município de Jaborá.

Em caso de cancelamento e/ou prorrogação dos processos licitatórios, que exija a alteração de data, em que a contratante forneça justificativa, este, será remarcado na nova data solicitada, sem quaisquer prejuízos à Administração Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

II - DA NECESSIDADE DO OBJETO

A presente aquisição trata da contratação de serviço de cobertura de vídeo/cinegrafia para a realização de licitatórios realizados de forma presencial no município de Jaborá – SC.

Conforme ressalta, a opção pela modalidade de pregão, na forma presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade, pois a licitação presencial permite inibir a participação de aventureiros e apresentação de propostas insustentáveis, causando morosidade e embaraços no certame, atrasando assim os procedimentos e aumentando os custos. Fato este, que minimiza problemas na entrega de objetos ou prestação de determinados serviços para realização de licitação na forma eletrônica, dando assim ineficácia ao processo.

Ademais a opção pela realização de licitação na forma presencial, não produz alteração no resultado final do certame, e sim, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Doutro norte, a adoção da licitação em sua forma presencial, fortalece o desenvolvimento das empresas regionais, ao mesmo tempo que não será prejudicial a competitividade do certame, tendo em vista que existem inúmeras empresas na região, atuantes no ramo de determinados certames contratados pela Administração.

Além do que, o Pregão ainda que na modalidade Presencial, exige as disposições legais e princípios, dentre as quais, da publicidade, além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma.

A Administração reitera que a opção pela modalidade presencial do pregão, parte imprescindível para a realização do certame, exige pelo Art. 17 da Lei 14.133/2021 onde o inciso trata:

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Assim, a realização da contratação do serviço visa também a qualificar a prestação de tais serviços a fim de oferecer à Administração, cumprir os preceitos determinados pela lei. Devido à demanda dos serviços, torna-se impraticável realizar compra direta a cada necessidade e evitando assim, o fracionamento de licitação.

Portanto, é indispensável contratar os serviços mencionados para atender a essa demanda premente.

III - FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação por meio das entidades públicas segue obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, tendo como fundamento principal, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas física e/ou pessoas jurídicas no campo mercadológico distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(...)



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JABORÁ

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, **compras** e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Como forma de regulamentar o exercício desta atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que será revogada a partir de 1º de abril de 2023, e a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Dessa forma a regra é licitar, entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções gerenciais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, a Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de procedimento realizado sob obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, a nova de licitação, onde se verifica umas das ocasiões em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Valor alterado para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) através do Decreto Federal nº 11.871/2023

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado ainda pelo Decreto Municipal de nº 2.494 de 06 de março de 2024, que dispõe sobre as contratações diretas em razão do baixo valor regido pelos artigos 72 a 75 pela lei federal nº 14.133/2021, no âmbito do município de Jaborá/SC.

IV - JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

A priori os serviços contratados nesta dispensa, pode ser realizada de forma direta, uma vez que os valores orçados estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, sendo necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da referida lei, para poder realizar a contratação direta. Passamos a ver:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Neste caso, nota-se nos autos do processo, que todos os requisitos exigidos no art. 72, estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

i) Pedido/Solicitação de contratação dos materiais, com o respectivo termo de referência/descrição detalhada dos produtos, formalizando a demanda;

ii) Estimativa da despesa, contendo as cotações de preço dos produtos, calculada conforme o art. 23 da Lei Federal 14.133/2021;

iii) Demonstração da compatibilidade da previsão orçamentária;

iv) Parecer jurídico, demonstrando o atendimento dos requisitos exigidos;

v) Documentos de habilitação da contratada, comprovando o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimas necessárias;

vi) Razão da escolha do contratado;

vii) Justificativa do preço, e

viii) Autorização/Ratificação da autoridade competente.

Diante da verificação de atendimento dos requisitos exigidos tanto no art. 72 como no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, percebe-se que esta dispensa de licitação está que está amparada, primeiramente no baixo valor da contratação, aliado à necessidade premente da Administração da contratação pela agilidade na instauração do procedimento.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Ainda, inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, também se faz necessário a análise em questão dos incisos VI e VII, do art. 72 da mesma lei, assim sendo a *razão de escolha do contratado e Justificativa de preço*, que passamos a analisar.

A contratada para fornecimento dos produtos foi selecionada através de pesquisa de mercado, verificando que a contratação é adequada por atender a especificidade dos serviços solicitados, pela reconhecida experiência adquirida com desempenho de atividades ligadas ao objeto, bem como apresentou todos os requisitos habilitatórios exigidos.

Em análise aos presentes autos, observamos que os preços apresentados pela empresa estão compatíveis com os praticados no mercado, não apresentando assim diferença que venha a influenciar na escolha, ficando vinculada a verificação da habilitação e do critério do preço estar compatível com o de mercado.

V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com o art. 23 da lei 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

Justifica-se a contratação de serviço de cobertura de vídeo/cinegrafia para a realização de licitações presenciais para o município de Jaborá – SC

No caso em questão, foi aferido o menor preço global, diante pesquisa de mercado com empresas do ramo situados na região, o qual foi composto por 3 (três) propostas válidas juntadas aos autos do processo, verificando todos os valores estarem compatíveis, não apresentando diferença que venha a influenciar na escolha, ficando vinculado apenas à verificação do critério de menor preço para a escolha da contratada.

Desta forma os valores obtidos na pesquisa de preço foram formalizados com as empresas CASA DA FOTOGRAFIA LTDA, que ofertou o valor de R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais), ELEMAR VANDERLEI HENZ 02787050905, que ofertou o valor de R\$ 14.760,00 (quatorze mil, setecentos e sessenta reais), e a empresa LIOCOLOR ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA, que ofertou o valor de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

VI – DA CONTRATADA

LIOCOLOR ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.959.411/0001-22, estabelecida no endereço Rua Marechal Deodoro, nº 1076, Loja 02 Térreo, bairro Centro, Concórdia/SC, CEP 89700-055.

VII - DA HABILITAÇÃO E REGULARIDADE DO CONTRATADO

Nos procedimentos administrativos para contratações, a administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e inciso V do art. 72 Lei Federal 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - Jurídica;

II - Técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - Econômico-financeira.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

Resta deixar consignado que a empresa contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, estando assim, apta a realização da prestação do serviço.

VII - CONTRATAÇÃO:

A formalização da contratação, objeto desta dispensa de licitação, fica vinculada a emissão de contrato administrativo a ser regido pelo art. 105 e 107 da Lei 14.133/2021.

VIII – CONCLUSÃO

Em razão da justificativa, verifica-se que se comprovou todos os requisitos, a começar pela compatibilidade de preços, bem como o enquadramento nos parâmetros de preço os mesmos estão



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

compatíveis com a realidade do mercado em se tratando desse fornecimento, podendo a Administração adquiri-los sem qualquer afronta à lei de regência dos certames dos certames licitatórios.

Desta forma a Comissão de Contratação manifesta pela possibilidade de contratação da empresa **LIOCOLOR ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA**, podendo ser adquirido pelo critério de Dispensa de Licitação, artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a Autorização para fornecimento dos produtos, assim como dos demais atos.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento dos produtos em questão, é decisão discricionária da autoridade competente optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Jaborá/SC, 24 de junho de 2024

ERICA TEDESCO
Agente de Contratação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jaborá, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, **RATIFICAR** e **AUTORIZAR** a execução do objeto do Processo Administrativo nº 129/2024, de Dispensa de Licitação nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.

Jaborá/SC, 24 de junho de 2024

Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal